

Nietzsche: o humano como memória e como promessa

Leonardo Camacho de Oliveira*

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Nietzsche: o humano como memória e como promessa*. Petrópolis: Vozes, 2013.

A obra resenhada é composta de textos que marcam a louvada trajetória de pesquisa em filosofia do Professor Oswaldo Giacoia Júnior, os quais são ordenados de modo a formar um todo coerente. Esta se divide em três partes: I humanidade, barbárie, civilização, II sobre ressentimento, vingança e niilismo, III devir-sujeito – como tornar-se o que se é; cada parte ainda é repartida em mais três subpartes.

O autor apresenta uma abordagem de dois temas centrais no pensamento de Nietzsche, o *além-do-homem* e o *eterno retorno do mesmo* e, não obstante, o fato de já terem os mesmos sido trabalhados de forma abundante, propõe uma leitura original que visa afastar interpretações que tomam o *Übermensch* nietzschiano como ideal de uma raça superior e o *eterno retorno* com contornos cosmológicos. Para tanto toma a psicologia do ressentimento como fio condutor, inserindo os referidos temas na qualidade de elementos capazes de libertar o homem do círculo vicioso do ressentimento, este último ancorado no sentimento de vingança.

Para que tal inserção se dê, o autor apresenta o caráter paradoxal da condição humana, o ressentimento surge da impotência da vontade humana confrontada com sua finitude, esta representada pelo sentimento do “passar do tempo”. Impotente para confrontar diretamente sua condição, o homem parte para criação de um além-mundo metafísico, o qual deverá dar sentido e justificação a sua humana condição. Neste quadro, o sofrimento decorrente da finitude é significado enquanto purgação de uma culpa original, o pecado.

* Bacharel em Direito e Filosofia e Mestre pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Advogado; Pelotas, RS, Brasil. Contato: leocamacho@globocom

A questão radicaliza-se com o advento da lógica da autossupressão da moral, a chancela de que todas as coisas parecem por força de si mesmas, feita na *Genealogia da moral*, aponta para o niilismo como ponto de chegada obrigatório do desenvolvimento da justificação metafísica da existência. Suprimido o além-mundo redentor por força de si mesmo, vê-se o humano confrontado com o abismo do vazio de sentido, que ameaça tragá-lo. É, contudo, no limiar do abismo que a possibilidade de superação e de uma redenção outra que a do ressentimento aparece no horizonte. Por meio do *além do homem* e do *eterno retorno*, uma nova possibilidade de confrontação com a finitude aparece. É com esse mote e lidando com essas questões que a obra aqui resenhada se desenvolve.

A primeira subparte inicia com a natureza paradoxal do homem, enquanto ser de possibilidades infindas e não fixado, mas que é, todavia, forçado a fixar-se por meio de instituições. O autor propõe uma leitura da *Genealogia da moral* de Nietzsche com o viés da antropologia cultural, transitando por autores como Arnold Gehlen, René Girard e Walter Burkert. Destas leituras, enfoca a experiência do sagrado enquanto *universalia* antropológico, apresentando sua importância em variadas culturas. Seja como pacto de sangue formativo da comunidade, seja como momento de descarga de impulsos violentos, a prática ritualística do sacrifício é vista como experiência máxima do sagrado. O que, em conexão com a obra genealógica de Nietzsche, mostra como a memória, enquanto fixação do humano em ser capaz de fazer promessas, tem suas raízes na violência, lembrança atizada pela dor, tal como uma ferida constantemente renovada. Vê-se que na relação memória x esquecimento o paradoxo do homem se desenha, enquanto natureza plástica (esquecimento) fixada pela dor (memória). A genealogia da capacidade para a memória é um elo central do trabalho, pois aponta igualmente para a origem do ressentimento.

Na subparte seguinte é tratado o estudo genealógico nietzschiano do Direito e sua recusa da teoria proposta por Dühring. Este último defende que o surgimento do Direito se dá a partir do sentimento de vingança decorrente da lesão sofrida, nos moldes de uma relação de causa e efeito, tal sentimento seria mesmo a expressão natural do impulso humano à autoconservação. Nietzsche, por outro lado, explora a dualidade do sentido de *Schuld*, que tanto pode ser traduzido por dívida quanto por pecado, de modo que o Direito tem sua origem de uma relação credor-devedor. Mesmo a religião é derivada desta relação, visto ser possível observar em toda a devoção para com

divindades uma dívida para com os ancestrais. Não obstante, a religião funda-se na ideia de que o sujeito nasce devedor, o que é radicalizado pelo cristianismo onde o sujeito nasce culpado (pecado original).

Em seguida, Oswaldo Giacoia traz um rico debate com pensadores contemporâneos como Foucault, Agamben e Benjamin, com o objetivo de analisar a possibilidade de uma superação do paradigma tradicional do direito punitivo. Com efeito, dado o Direito ser decorrência de uma relação de poder e derivar, fundamentalmente, da potência de uma sociedade, pode-se pensar um cenário onde um grau tal de potência é alcançado em que a própria punição torna-se desnecessária. Dentro da lógica da autossupressão: “No caso da justiça, da lei, do direito, do Estado, cuja origem é a violência e a força, a autossupressão verifica-se sob a forma de uma *força de segunda potência*, de uma força suficientemente poderosa para ser clemente, dadivosa, graciosa” (p. 111).

A terceira subparte traz a autossupressão como tema central. Nela, o autor investiga essa interessante lógica aplicada ao fundamental problema da vontade de verdade. Primeiramente, observa que a dualidade verdadeiro x falso repousa sobre uma avaliação moral e crença metafísica na existência de valores absolutos e imutáveis. A tese epistemológica da verdade e falsidade tem sua origem na convicção moral de ser mais valioso um cosmos ordenado e dotado de uma hierarquia última de valores. Tal moralidade, que deposita substancial valor na verdade, desenvolve no homem um dever de busca pela verdade, que levado a cabo promove, justamente, uma investigação genealógica das origens e fundamentos da verdade. Inexoravelmente, essa análise genealógica, motivada pela vontade de verdade, leva à conclusão da arbitrariedade dos fundamentos da própria verdade incondicional, essa revela então: “seu condicionamento e sua relatividade a condições de conservação e incremento, ou seja, a relações de poder, que são o contrário de exigências incondicionais” (p. 165). Ainda que a filosofia transcendental e o idealismo alemão tenham pretendido uma mudança de foco ao colocar a questão das condições de possibilidade do conhecimento, desviando a investigação de seus fundamentos, o dever moral da busca pela verdade é sublimado em honestidade intelectual. Esse dever de honestidade força o homem a aceitar as conclusões de sua análise genealógica. Neste ponto, tem-se o momento culminante, pois a honestidade intelectual e a vontade de verdade forçam a reflexão a voltar-se contra seus próprios fundamentos e, em última análise, contra si próprias. Como conclusão, o

crente se vê obrigado, por força de sua própria crença, a reconhecê-la como arbitrária e abandoná-la, ou seja, a própria moral é suprimida:

Essa moral, como toda outra, revelou-se, entretanto, como tirânica, improba, inverídica, em sua origem: uma descoberta que constitui a maldição da honestidade intelectual moderna, que não pode se furtar ao seu derradeiro “tu deves”. Nele – e por ele – deve-se colocar a moral, toda moral, sob suspeição (p. 132).

Além de sua importância epistemológica, a autossupressão também traz contribuições para analisar o ideal ascético e sua possível superação, tema que o autor aborda logo em seguida. Novamente o ponto de partida é a natureza paradoxal do homem, em especial o sofrimento e sentimento depressivo que carrega em decorrência de sua natureza animal ser podada pela “camisa de força do social”. Os impulsos violentos que até então eram extravasados, postos para fora, são agora forçados contra ele mesmo, interiorizados e fermentam, no olhar bilioso, o ressentimento. Diante desse quadro surge o sacerdote asceta trazendo não a cura para tal sofrimento, mas uma explicação, significando-o enquanto sofrer necessário para a purgação da culpa – o sofrimento é dotado, então, da causa imaginária do pecado: “A culpa é, no limite, compensação para o impensável, ela permite que o homem se inclua na perspectiva de um sentido, tornando-se, por essa estratégia, aceitável para si mesmo” (p. 142). O autor aventa ainda, o que seria uma solução não nietzschiana para o paradoxo do humano, transcrita no ideal budista e na passividade da doutrina de responder a agressão “dando a outra face”; de modo que, através de uma suprema espiritualização o sujeito obtém o apaziguamento do desejo, numa renúncia a vontade de poder. Mais promissor é, no entanto, o viés nietzschiano de inverter e transvalorar; o homem, outrossim, deve radicalizar o ascetismo em consciência científica, forçando o ressentimento a voltar-se contra si próprio e possibilitando que esse seja superado. A Parte I se encerra com um interessante excuro que traça aproximações, porém marcando as diferenças essenciais, entre a “lógica” da autossupressão nietzschiana e a dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer.

Na segunda parte da obra “sobre ressentimento, vingança e niilismo” o autor aprofunda a importante questão do ressentimento e aponta não como evitá-lo, mas como vivenciá-lo e superá-lo. Nietzsche inaugura uma visão inovadora em filosofia ao tomar um projeto filosófico enquanto sintoma de uma constituição físiopsicológica de quem o faz; vê, por exemplo, nos idealismos criadores de mundos metafísicos a constituição

fraca e incapaz de assumir o mundo em sua imanência. O filósofo legitima-se a tal postura, no entanto, tendo feito esse experimento consigo próprio e investigando como sua própria doença foi condição para sua filosofia.

A doença é, não obstante, situação de perigo, pois vem sempre atrelada ao ressentimento. O doente corre permanentemente o risco de vivenciar a doença através do sentimento de vingança: “Desse modo, o risco de contaminação pela vingança é o maior dos perigos para o sofredor. O ressentimento só alivia a dor na medida em que infecciona a chaga” (p. 193). Com efeito, reagir à doença frontalmente e estando em um estado de fraqueza pode levar a uma intensa descarga de impulsos vingativos, tendo como resultado a entrega completa ao círculo vicioso do ressentimento. Como alternativa, todavia, o autor apresenta a postura do “fatalismo russo”, que consiste numa prática de hibernação em que o sujeito reduz o metabolismo e coloca-se numa situação de passividade, evitando, assim, que a reação vingativa se dê. Nesse estado, o sujeito deve manter uma chama de autodomínio, que permitirá, uma vez tendo restabelecido certa força, tomar uma postura ativa ante a doença e o ressentimento. Com a potência restabelecida, o sujeito é capaz de renunciar à vingança e aceitar sua condição, consegue assim a autossuperação do ressentimento através da fórmula do *amor fati*.

Vê-se que, diante da doença, grosso modo, duas posturas são possíveis, a depender da potência e capacidade de autodomínio do sujeito: (i) reagir vingativamente da condição de doente, sucumbindo ao ressentimento e tornando-se incapaz de superá-lo e (ii) superar o ressentimento, mantendo uma postura passiva de restabelecimento de suas forças até o ponto de reagir por meio da renúncia ao sentimento de vingança e aceitação / afirmação da vida. O ponto interessante é que o sujeito capaz da postura (ii) retorna da condição de doença com uma riqueza de perspectivas, pois foi capaz de assimilar a vivência da doença e do ressentimento, apurando e refinando sua própria visão.

A seguir, na segunda subparte da parte II, o autor traz uma interessante reconstrução da gênese da metafísica platônica, apontando para a influência de Heráclito e sua chancela do completo devir do mundo, bem como a influência de Sócrates e a necessidade de um referencial ético. Assim o fazendo, demonstra como Platão, através de sua doutrina das ideias, cria um mundo metafísico para poder negar qualquer valor ao devir, radicando no plano dos conceitos imutáveis a base sedimentar para o referencial máximo da epistemologia, ética e mesmo estética. Ao final, apresenta

a postura nietzschiana como um platonismo invertido a ser efetuada na dinâmica da autossupressão, a qual tem como ponto de chegada o niilismo, tema da subparte próxima.

Inicia, então, o autor analisando genealogicamente o niilismo, vinculando-o ao impulso humano de buscar por fundamentos últimos e nunca contentar-se, lançando sempre mais um “por quê”. Tal processo só pode ter por consequência a conclusão da impossibilidade de se chegar a um fundamento último: “A falta de resposta para a pergunta: ‘Por quê?’ – eis o sinal distintivo do niilismo” (p. 223). A “lógica” desse processo, que tem como conclusão o niilismo, é da autossupressão, já tratada anteriormente. De importância capital, não obstante, é a ambiguidade do niilismo, no que tange as possibilidades de vivenciá-lo. Novamente o fator definidor será a potência do sujeito, podendo ele ser vivido como: (i) niilismo passivo, sob o signo da fraqueza, o sujeito extenuado reage por meio do fundamentalismo, radicalizando sua busca e necessidade por fundamentos últimos de forma desesperada; (ii) niilismo ativo, na figura daquele sujeito forte o suficiente para viver o niilismo até suas últimas consequências, para este a necessidade de fundamentos últimos é deixada para trás, de modo que tal modalidade é condição para uma futura criação de novos valores. Antes de encerrar a segunda parte da obra o autor traz uma interessante reconstrução do impacto do anunciado niilismo em pensadores chave do século XX como Heidegger, Lyotard, Derrida, Foucault, Habermas, o que desvela a atualidade do diagnóstico nietzschiano.

Na terceira e derradeira parte intitulada “sujeito-devir: como tornar-se o que se é”, o autor inicia na respectiva primeira subparte abordando a importante noção da formação do sujeito, feita por meio da assimilação de vivências. Diante dessa noção de sujeito em construção o autor propõe uma aproximação com Hanna Arendt, pensadora que afirma ser nas ações e no discurso que o sujeito mostra quem ele é, de modo que para ela a ação deve necessariamente se vincular a um sujeito, desvinculada de um sujeito ela é instrumental, apenas meio para um fim, logo a ação deve se dar perante uma coletividade na qual repercute, pois a ação que desvela o sujeito só pode ter lugar diante de outros. O principal problema para a filósofa é a perda desse espaço de discurso e ação entre os homens, o que tem lugar, por exemplo, na guerra, onde o discurso tem apenas finalidade estratégica e perde seu caráter de desvelamento.

Nietzsche, com efeito, pode ser visto no mesmo registro que Arendt coloca a filosofia, que desde o julgamento de Sócrates virou as costas à política, sobretudo,

pensando-se na figura de Zaratustra que falha em tornar público seu discurso e regressa para a solidão de sua montanha. Todavia, o autor da obra que aqui se resenha traz uma possibilidade alternativa à leitura da filosofia nietzschiana como desconsideradora da política. Hanna Arendt apresenta a limitação que acomete todo e qualquer sujeito de ser incapaz de ser autor da própria história de vida, estando sujeito ao duplice papel de ator e paciente. Nietzsche talvez, com as figuras do “espírito livre” e dos “discípulos”, esteja justamente tentando tomar para si a autoria de sua história de vida, pois confrontado pela ausência de homens capazes de com ele dialogar, cria figuras que povoam esse fictício espaço para a ação e o discurso: “Só que lá onde não se pode encontrar [*finden*], talvez seja realmente necessário inventar [*erfinden*]” (p. 275).

Adiante o autor apresenta o que seria um exemplo de transvaloração, presente no capítulo “Os quatro grandes erros” do *Crepúsculo dos ídolos* de Nietzsche, em especial no que toca ao chamado erro da causalidade imaginária. Tal erro consiste em crer que entidades como a vontade, o “eu” e a consciência teriam um poder causal amplo. A origem do erro, não obstante, remete às primitivas explicações fetichistas, nas quais o homem toma as forças da natureza por sujeitos e relaciona sua atuação com si próprio, buscando, por isso, rituais que possam aplacá-las – essas explicações serão paulatinamente substituídas pelas de cunho metafísico. Interessante é observar que tanto a filosofia quanto o espírito científico podem ser vistos como atavismos, pois advém da própria crença na gramática, a qual fomenta explicações na forma sujeito / objeto.

Oswaldo Giacoia traz para esse debate mais dois autores: Comte e Freud e mostra que o primeiro teoriza de forma semelhante a Nietzsche apontando para uma continuidade entre o mito, a religião e a filosofia, e Freud igualmente traça uma linha que vincula cosmovisões animistas, religiosas e científicas. Destaca-se, no entanto, mais um elemento comum:

O sentido dessa digressão é vincular a gênese da religião, das restrições morais e dos primeiros sistemas de cosmovisão numa presumível infância espiritual da humanidade a um sistema simbólico que provê a fuga do medo e a realização do desejo de assenhorar-se da natureza (p.287).

Com efeito, subjacente a todos esses processos explicativos, está a vontade de poder, enquanto vontade de dominar a natureza, tanto externamente quanto internamente, pois o sujeito volta tal vontade de dominação contra si próprio e reprime suas próprias forças instintivas e pulsionais – note-se aqui o retorno do paradoxo do

humano cindido entre natureza não fixada e necessidade de fixação. Dentro deste quadro, explicar a origem e as razões do sofrimento e da dor é tarefa central e o homem o faz associando a dualidade dor / prazer à recompensa / castigo – tem o ideal ascético papel destacado nessa associação. O ápice desta caminhada é a filosofia schopenhauriana que radica a culpa no ato mesmo da geração. Nietzsche, entretanto, pretende romper e transvalorar a lógica da culpa e do ressentimento e, segundo o autor, logra tal intento ao mostrar que a origem e sustentação dessa dinâmica de carrasco advém de um erro crasso, o erro da causalidade imaginária, com efeito, o sujeito ao se aperceber disso torna-se capaz de livrar-se da culpa e abraçar a inocência do vir-a-ser.

Na subparte final da obra, o autor busca clarificar a postura afirmativa da existência de Nietzsche. Como visto, o principal problema para o homem é lidar com o “passar do tempo” e sua impotência diante dele é esta impotência que dá ensejo ao surgimento do ressentimento. Não obstante, o sujeito deve reconhecer sua inexorável conexão com o todo e que com esta conexão coloca-se ele como fator determinante para esse todo – essa postura de reconhecer-se como destino é enunciada na fórmula do *ego fatum*. A tal fórmula deve-se acrescentar a do *amor fati*, pois o sujeito não só deve reconhecer-se como um *fatum* para o todo, mas deve afirmar esse todo. Ao fazê-lo, acaba por inevitavelmente afirmar a si próprio. Para Nietzsche, a expressão mais radical desta afirmação é aliada ao eterno retorno, pois assim ela é feita não uma vez, mas inúmeras vezes. Mantendo a dinâmica das demais subpartes o autor traz um diálogo, inicialmente com o pensamento zen-budista, o qual igualmente propõe uma afirmação da necessidade (*karma-samsara*) por meio da superação do ressentimento através de um pacifismo absoluto e, em seguida propõe um diálogo entre Freud, Kierkegaard, a doutrina budista e Nietzsche, relativo à repetição.

No momento conclusivo é ressaltado o diagnóstico chave de Nietzsche do niilismo e da necessidade de o homem ir além de si mesmo, pois os valores universais, que da Europa espalharam-se para o mundo, estão em crise e além de qualquer “salvação”. Ademais, confronta-se o homem inevitavelmente com dois fantasmas: a grande compaixão pelo homem, que abranda o rigor e impede que “a planta homem cresça para além de si mesma” (p. 330), e o grande nojo do homem, despertado pela visão do homem degradado à “condição de hedonista gregário, escravo do consumo e da opinião pública” (p.330). Não obstante, o homem deve viver esses dois fantasmas até o

fim e levar o niilismo a suas últimas consequências e, então, confrontar-se com sua nova tarefa de autodeterminação, de criação de novos valores e de ir além de si mesmo.

A obra resenhada oferece ao leitor uma interessante oportunidade de observar o percurso de pesquisa do Professor Oswaldo Giacoia Jr., através de textos reunidos. Todavia, a mesma não pode ser reduzida a esta qualidade simplesmente, pois estes vários textos gravitam ao redor de problemas fundamentais e tem na “lógica” da autossupressão um fio condutor impecável. De tal modo que nos parece estar o autor emulando o estilo perspectivista e aforismático nietzschiano, trazendo em cada capítulo um enfoque diferente, mas ainda sim avançando nos problemas e hipóteses propostos. Igualmente injusto seria reduzir a obra a um comentário do pensamento de Nietzsche, pois a cada enfoque há também um diálogo de grande riqueza com pensadores variados, o que desencrava os temas nietzschianos do final do século XIX e os coloca em plena atividade para tratar as mazelas atuais. Coloca-se, desta forma, a referida obra como esforço genuinamente filosófico de pensar os paradoxos do humano frente à perda dos referenciais universais e a tarefa de ir além desse vazio.

Recebido em: 20/07/2015 – *Received in: 07/20/2015*

Aprovado em: 03/10/2015 – *Approved in: 10/03/2015*